

MULHERES INVESTINDO CONTRA O FEMINISMO: RESGUARDANDO PRIVILÉGIOS OU MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA?¹

Rachel SOIHET²

RESUMO: Apresentar uma discussão acerca da presença do antifeminismo entre mulheres de diferentes segmentos sociais constitui-se no objetivo do artigo. Busca-se uma explicação para tal atitude, recorrendo-se ao conceito de violência simbólica, o qual supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação, fato que não exclui a presença de compensações, que justificam o apoio de muitas a tais discursos e práticas. A partir de pesquisa realizada com mulheres intelectualizadas, discorda-se de uma investigação que restringe o antifeminismo a mulheres dos segmentos populares, pois o feminismo seria exclusivo daquelas de **classe média**, mais precisamente, mulheres intelectualizadas que compartilham dos valores individualistas modernos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Feminismo. Antifeminismo. Violência Simbólica. Compensações.

Olha, não sou feminista, sou feminina.
Neusinha Brizola (1983, p.24).

Inicialmente, eu sou contra feminista, acho horroroso feminista.
Adalgisa Nery (1971, p.14).

Como explicar tanta aversão pelo feminismo por parte dessas mulheres? Afinal, em última instância, o feminismo tem como objetivo a conquista de uma sociedade menos desigual, promovendo a equidade entre os gêneros. Ou de forma

¹ Palestra proferida no Seminário Internacional “Leituras da Modernidade: Pluralismo, Feminismo e Tolerância Política” na mesa-redonda na Mesa Redonda: “Feminismo, Pluralidade e História”, na FCL/UNESP/Ar, nos dias 21-23 de novembro de 2006.

² UFF – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 24210-350 – rachelsoihet@globo.com

mais apurada, “[...] o termo feminismo indica um conjunto de teorias e de práticas historicamente variáveis em torno da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres.” (ERGAS, 1994, p.590). Nesse sentido, explicam-se as lutas diferenciadas, desenvolvidas pelas mulheres para obtenção dos citados direitos de acordo com uma série de variáveis, como tempo, lugar, classe social, etnia etc. Na virada dos séculos XIX para o XX predominou a luta das feministas pelos direitos sociais, em termos de leis de proteção ao trabalho feminino, no tocante às questões da discriminação sexual, da licença maternidade, de igualdade salarial etc. Ainda, os acessos a todas as formas de educação, direitos civis e voto se constituíram em demandas preferenciais. Já entre os fins dos anos 1960 até os anos 1980, outras questões se apresentaram, além daquelas. As **políticas do corpo** assumiram caráter significativo, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando as mulheres a plena assunção do corpo e da sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e insurgindo-se contra a violência sexual, não mais admitindo que esta fosse uma questão restrita ao privado cabendo a sua extensão ao público (ERGAS, 1994). Também voltaram as mulheres sua atenção contra os obstáculos decorrentes da demarcação rígida de papéis de gênero que as sobrecarregava com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos que impediam sua plena realização como sujeitos históricos. Nesse sentido, atribuíram uma dimensão política ao privado, ressaltando o caráter estrutural da dominação e tornando evidentes as nuances de modalidades de poder que também se expressam na vida cotidiana, nos diversos aspectos das relações sociais e pessoais, e que, freqüentemente, significavam a inferiorização das mulheres (VARIKAS, 1997).

A reação masculina às reivindicações femininas de participação em espaços e no desempenho de papéis considerados privativos dos homens vinha de longa data, manifestando-se na religião, nas leis e costumes. E, em grande medida, assumiam também forma humorística, arma eficaz utilizada para manter a inferioridade feminina. No momento em foco, entre o final dos anos 1960 e os anos 1980, o jornal alternativo *O Pasquim*, publicado semanalmente, valia-se desse recurso para fazer frente à ditadura instalada no país com o golpe de 1964³. Boa parte de seus articulistas inspirados na contracultura norte-americana, além do autoritarismo criticavam costumes e a moralidade burguesa. Paradoxalmente, porém, voltavam igualmente suas baterias para mulheres que se decidiram pela luta a fim de atingirem direitos e/ou que no seu cotidiano assumiam atitudes consideradas como inadequadas à feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros. E, na minha percepção, tal recurso em muito contribuiu para reforçar uma imagem em voga, acerca das feministas como **viragos**, pesadas como elefantes, perigosas, feias... Imagens que

³ O primeiro número d' *O Pasquim* data de 26 de junho de 1969.

se contrapõem ao ideal feminino, constantemente reatualizado de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, o que não poucas vezes leva mulheres a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo.

E, também, mulheres nesse mesmo jornal manifestaram-se vigorosamente contra o feminismo. Dentre elas, a respeitada intelectual e política Adalgisa Nery que dizia achar horroroso ser feminista, alegando que “a mulher é um complemento do homem” (NERY, 1971, p.14), e que ambos formariam uma unidade. No que deixa entrever uma visão equivocada de feminismo, como se através deste se pretendesse uma **guerra dos sexos** e não garantir a igualdade de direitos entre os mesmos com vista ao respeito mútuo e melhor convivência. Mais adiante, dizia que liberdade para a mulher seria algo muito difícil. E, após um complicado jogo de palavras acerca da dificuldade de saber ser mulher, “[...] porque ela tem que usar uma liberdade como afirmação da sua personalidade; sendo a personalidade muito ligada à vivência [...] pode ter experiência, mas experiência não é vivência.” (NERY, 1971, p.15), concluía dizendo que ela própria nunca sentiu necessidade da liberdade. Ao que Paulo Francis lembrou a sua peculiaridade, uma vez que ela atuava como qualquer homem, tendo feito literatura, política e, também, constituído uma família. Desenvolvendo-se o debate da intelectual com outros membros daquele jornal, como Sérgio Cabral e Fausto Wolff, especialmente, sobre o feminismo, esta sustenta a ignorância da burguesia brasileira e, particularmente, da mulher, incapaz de formar uma opinião sobre a leitura de um livro e, mesmo, de um jornal. Fato que lhe impedia de alcançar a emancipação, pois “[...] pra haver emancipação, pra que seja uma coisa objetiva, produtiva, precisa haver conhecimento, não ser ignorante.” (NERY, 1971, p.15). Verifica-se nesse argumento uma atitude manifestada, via de regra, por seus companheiros de ofício, inclusive, da própria esquerda na época, que se viam acima da massa ignara, no caso em foco as mulheres, a quem se devia trazer as **luzes** do conhecimento, livrando-as da ignorância em que estavam mergulhadas, com vista a possibilitar sua conscientização e libertação. Voltando à entrevista, levanta-se o tema do homossexualismo feminino, sendo perguntada sua opinião a respeito, ela, imediatamente, lança o anátema: **acho porco**. Resposta que demonstra de sua parte uma posição reacionária quanto à sexualidade, em total desacordo com sua posição político-partidária, em que pugnava pela extensão de direitos aos segmentos populares.

Alguns anos mais tarde, Daniela Thomas, que no momento despontava no cenário intelectual e artístico, reclama de um documentário sobre pornografia feito por feministas canadenses. Isto porque eram feministas, mulheres “que se autorizam falar pelas outras mulheres” (THOMAS, 1982, p.17) contribuindo para difundir a crença de que todas as mulheres pensariam daquela maneira. Mais adiante, dizia que o fato que mais a perturbava “nesse tal feminismo é a linguagem” (THOMAS,

1982, p.17). Reconhecia o drama da exploração da mulher como objeto sexual, mas não sabia quem era a vítima, se a mulher ou o homem, decorrendo tal exploração de um exacerbado narcisismo feminino. Afinal, ficava em dúvida se o que mais a agredia como “[...] mulher não é a bunda redonda e rosada na capa da revista, mas o discurso tolo de vítima de certas mulheres falando em meu nome.” Seria “[...] mais ou menos como se sente um operário ouvindo um trotskista na defesa de sua classe.” (THOMAS, 1982, p.17).

E, continuava na sua peroração, deplorando que as tais feministas falassem pelas mulheres, tentando transformar “suas ânsias pessoais em ânsias universais”, com o que:

Me sentia pessoalmente desrespeitada em me ver supostamente representada em tais figuras, como se sofrêssemos todas um mesmo drama, como se nossas almas razoavelmente complexas pudessem ser descritas assim tão mediocrementemente, tão demagogicamente por essas representantes do sexo. (THOMAS, 1982, p.17).

E, adiante confessa seu objetivo de escrever sobre mulher, acrescentando que sua pretensão era a de abordá-las sem militantismo. “Sem grandes dramas pessoais, sem a vitimização do sexo.” Fato que soa estranho, pois acabara de criticar as feministas por fazê-lo e ela se propõe a falar em uma escala ampliada “[...] sobre um grupo de pessoas que por acaso trata-se do maior grupo que habita esse planeta (segundo censos recentes): as pessoas do sexo feminino.” Em seqüência, apóia a afirmação de Freud de que o maior problema das mulheres seria o da “inveja do pênis”, o que resultava em que a experiência de vida das feministas se constituísse em uma constante frustração, já que “afinal ainda não se descobriu um substituto pra ele”. E, reafirma ser “[...] essa uma descrição perfeita da maioria das mulheres que habita o movimento feminista [...] nos Estados Unidos e na Inglaterra.” Continua, referindo-se ao fato de que as mulheres “querem igualdade”. Mas não apenas igualdade de oportunidade de trabalho e de salário, com o que concorda inteiramente... “mas uma igualdade de atitudes, costumes, posturas”. Conclui que estas “[...] inadvertidamente veneram o machismo como atitude, querendo apenas poder partilhar com os homens da utilização dessa ideologia. Mulheres que querem um pedaço do bolo.” (THOMAS, 1982, p.17).

E, no seu discurso altamente misógeno, informa que tais mulheres **são tantas**, colocando no mesmo rol, desde Margaret Thatcher, cujo feminismo desconhecemos, até a mais **militante trotskista**. Todas enfim são qualificadas como:

Ativas, energéticas, altruístas, arrogantes. Querem participar das decisões, fazer parte do clube. O azar é que o homem é sempre melhor machista que mulher

*Mulheres investindo contra o feminismo:
resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?*

(com algumas honrosas exceções) e por mais que essas tentem vão sempre estar na reserva, o lumpem do poder. Afinal, voltando ao Freud, quem tem o pênis são eles. (THOMAS, 1982, p.17).

Conclui que Deus teria reproduzido na mulher à sua própria imagem e não o homem, já que esta “repete naturalmente o ciclo de criação”. Acentua com base num aspecto biológico – a reprodução – a “óbvia diferença dos sexos”. Nesse sentido, deveriam as mulheres orgulhar-se da sua função biológica e sexual. E, a partir desse aspecto, para ela explicativo da diversidade de comportamento entre mulheres e homens, deveriam preencher funções de acordo com suas estruturas físicas e psicológicas marcadamente diferentes, apregoando: “Nada de invejas e besteiras do gênero” (THOMAS, 1982, p.17).

Dessa forma, Daniela Thomas colocava-se frontalmente contra as discussões que as feministas desenvolviam sobre o conceito de gênero, o qual frisava o caráter social e cultural das distinções baseadas no sexo e dos papéis resultantes, afastando-se a idéia de que estes seriam derivados da natureza. Com este conceito, incorporava-se a dimensão das relações de poder, criticando-se argumentos justificativos da idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres. Ressaltavam, ainda, que nenhuma análise social poderia prescindir de um estudo relacional, que considerasse masculino e feminino como realidades complementares (SCOTT, 1991).

Mas a articulista continuava com sua denúncia contra o perigo representado pelas feministas. Depois de equipará-las a todos aqueles que empreendiam uma política belicista – “É Habib, é Schultz, é Begin, Sharon, Arafat, Brejnev, Miterrand, Thatcher” – ameaçava:

Se esse sistema falir ou se autodestruir, vão com ele as feministas, machistas de alma que querem um pedaço desse bolo, dessas guerras, dessas armas, dessa exploração desenfreada. (THOMAS, 1982, p.17).

Finalizando, afirmava que a mulher não militante, **num mundo de militantes**, não apenas detestava tudo isso, mas se constituía em uma espécie de garantia contra essa hecatombe que a todos ameaçava. Esta seria “[...] um inconsciente da raça humana, uma espécie de chama de preservação.” E traça seu perfil:

Detesta a guerra, os discursos, a arrogância, os estereótipos todos, se sente meio deslocada, embaraçada com sua falta de desejo de fazer parte da festa, de entrar na briga. Mas também não sofre muito não, porque sabe que a festa um dia acaba.

Começa aos poucos a se identificar com o movimento ecológico ou pela paz que vai crescendo por aí. (THOMAS, 1982, p.17).

E, caso a realidade fosse justa com a potencialidade do cérebro humano o mundo passaria por sua fase feminina. Ou seja, seria “justo, progressista, pacífico, mais vagaroso, mais contemplativo”. Assim, de forma idêntica aos tradicionalistas de longa data, Daniela Thomas (1982) reiterava que a mulher feminina pagava “[...] o pato do domínio do pensamento machista, grosso, em tudo que a cerca.” Principalmente quanto ao movimento que falava por ela, a partir do princípio de que “[...] o que ela é hoje não é bom, o que ela poderia vir a ser (à imagem do homem) é o ideal.”

Essa arenga de Daniela, na qual naturaliza e idealiza o feminino identificando-o à delicadeza, pacifismo, suavidade, distinção, foi respondida por sua companheira de jornal Cora Rónai (1982, p.20) que dizia estar “mais ou menos de acordo” com as suas idéias. Discordava, apenas, da opinião de que as mulheres eram melhores do que os homens, afirmando serem todos os seres humanos igualmente falhos, igualmente formidáveis, referindo-se a homens que nada tinham de machistas, contrários à violência e o filho-da-putismo institucionalizado. No mais, concordava integralmente com o que havia sido escrito, pois:

[...] a gente não pode deixar que as **Feministas** ocupem todos os espaços falando em nome da gente. Eu, pessoalmente, nunca passei procuração para ninguém para reivindicar, no meu nome, coisas que eu não quero. E não tenho o menor complexo em relação ao homem – acho homem ótimo, muito prático, uma grande invenção do Todo Poderoso. (RÓNAI, 1982, p.20).

E, termina sua matéria repetindo um chavão muito apreciado por muitos de seus companheiros de *O Pasquim* “Em inveja do pênis eu acredito, sim. Perguntem às solteironas” (RÓNAI, 1982, p.20).

Algumas das entrevistadas, também, não deixavam de destilar seu antifeminismo. Este é o caso de Neusinha Brizola (1983), que afirma não ser feminista e, sim, feminina, considerando a mulher superior ao homem. Provocada por Jaguar que questiona sua ausência numa passeata feminista ocorrida na semana anterior responde:

Mas jamais eu iria! Pra que queimar sutiã? Nunca usei. Isso é ridículo, as coisas se resolvem de outra maneira, com mais sensibilidade. Ir pra rua pregar o feminismo é coisa até de sapatão. A mulher tem que conquistar as coisas através de seu trabalho,

*Mulheres investindo contra o feminismo:
resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?*

do seu talento, numa demonstração do que ela pode. Já passou o tempo disso, e Betty Friedan continua aí tão feia quanto antes. (BRIZOLA, 1983, p.22).

Observa-se em sua fala a utilização de uma série de clichês, tais como o de que feminista era sinônimo de **sapatão**, ou seja, lésbica. Além disso, busca desqualificar Betty Friedan por sua suposta feiúra. Argumento muito utilizado por alguns dos articulistas do *Pasquim*, como Millôr Fernandes (1972, p.3) que se referindo a aquela feminista, em fevereiro de 1972, frisa: “[...] o orgulho de ser considerado porco chauvinista, já que quem assim o julgou foi Betty Friedan em pessoa, e ela em pessoa é muito mal apessoada.” E, continua Neusinha a bater na mesma tecla, ao ser chamada de machista por emitir tal opinião: “Não é machista, beleza é uma coisa fundamental. Quem é muito feio deve tentar se melhorar” completando: “Toda mulher tem a sua beleza. Agora, Betty Friedan, não dá, só com máscara. Se fosse homem, jamais olharia pra ela.” (BRIZOLA, 1983, p.24). Observe-se que Neusinha não faz qualquer referência à qualidade da obra da citada feminista,⁴ cuja entrevista àquele jornal destacou-se pela sua importância ao afirmar a inter-relação entre as lutas desenvolvidas pelas mulheres com vista aos seus direitos com a preocupação com o contexto em que vivem. Afirmava Friedan (1971) os males da política americana naquele momento, que estaria se tornando “um poder do mal no mundo”, intervindo no Camboja e no Vietnã, além de acentuar a opressão dos negros internamente. E, mulheres reprimidas, sem domínio sobre o seu corpo, utilizariam-se dessa energia no apoio ao fascismo, no que foi apoiada por Paulo Francis (1971), que lembrou a célebre marcha de mulheres que tomaram as ruas do país apoiando o golpe militar de 1964. Tudo isso era tábula rasa para Neusinha e para os misóginos da época que apenas viam em Friedan uma mulher feia, a maior prova do erro, do desvio, da monstruosidade.

Também a fundadora do Movimento Feminino pela Anistia, organizado em abril de 1975 no bojo da decretação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, Terezinha Zerbini, esposa de um general que sofrera repressão com o golpe militar de 1964, manifestava sua aversão ao feminismo. Inclusive, tal soa estranho, pois na liderança desse movimento que cresceu por todo o Brasil e foi fundamental na campanha pela anistia, promulgada no ano de 1979, atuou em várias ocasiões em associação com os movimentos feministas. Apesar disso, em entrevista publicada no *Pasquim* em julho de 1977, declara:

[...] As feministas brasileiras procuram seguir as feministas inglesas ou norte-americanas, o que não faz sentido num Terceiro Mundo, ou principalmente no

⁴ Ver Friedan (1971).

continente latino-americano, onde nossos problemas são pão, teto, educação, saúde ...[...] O feminismo é colocado no Rio, São Paulo, Porto Alegre e, talvez em Belo Horizonte. Quem quer falar de luta feminista no Nordeste sairá a pedradas. (ZERBINI apud GOLDBERG, 1987, p.127).

Segundo Céli Regina Jardim Pinto (2003), o feminismo era tão mal visto no Brasil, tanto pelos militares como pela esquerda, especialmente pela maioria dos intelectuais do *Pasquim*, que tal manifestação de Zerbini se constituía numa estratégia para mostrar distância daqueles movimentos, a fim de garantir adeptos para a sua causa.

Mas, voltando à questão inicial, como explicar tamanha rejeição ao feminismo, se este buscava o reconhecimento de direitos para as mulheres, no sentido de elas poderem desenvolver-se plenamente, como sujeitos de sua própria história, buscando uma melhor convivência entre mulheres e homens? Pierre Bourdieu (1996) atribui tal atitude das mulheres à dominação masculina, “forma particular e particularmente acabada da violência simbólica”, acentuando que outros exemplos podem ser encontrados na dominação de uma etnia sobre outra ou das classes dominantes sobre as classes dominadas através da cultura.

Explicitando tal teoria, o historiador Roger Chartier (1995), retomando a tese de Bourdieu, afirma que a construção da identidade feminina teria se pautado na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; o que corresponderia a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e lingüísticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal.

Por outro lado, a incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados. O que significa que a aceitação pela maioria das mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Compreende, dessa forma, uma tática que mobiliza para seus próprios fins uma representação imposta – aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. Assim, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina contra o seu próprio dominador.⁵

⁵ Outros historiadores também descartam a visão de uma ação unilateral do poder sobre os dominados passivos e impotentes. Como frisa Michel de Certeau (1994), torna-se necessário desvendar as sutilezas

Nesse sentido, algumas compensações as mulheres retirariam dessa situação de inferioridade, aspecto discutido por um grupo de intelectuais francesas, fato que justificaria o apoio de muitas a tais discursos e práticas. Dentre tais compensações, ressaltam a relativa proteção no mundo do trabalho, através de uma legislação específica, proteção ambígua, porém, com efeitos perversos, levando a discriminações sexistas e ao retorno das mulheres em “[...] direção aos setores ditos menos nocivos e mais confortáveis à **natureza** delas, como o trabalho à domicílio [...]” (FARGE et al., 2001); Também no universo penal a **fraqueza** das mulheres servia de justificativa para uma irresponsabilidade presumida valendo-lhes, pelo menos no século XIX, uma indulgência particular diante da justiça. Com base em Lombroso e Ferrero (1896), atribuía-se à sua **natureza** sua menor delinquência, na verdade, fruto de uma circulação reduzida, assim como de uma violência contida em suas formas de expressão ou de vingança. De qualquer forma, para a maior parte das mulheres, escapar da polícia e da prisão, e mesmo da suspeita, era antes uma vantagem de que elas tiraram partido e cujo uso lhes foi pedido, algumas vezes, notadamente nos movimentos de resistência.

Igualmente, os jogos de sedução se apresentam para muitas, particularmente, gratificantes, deles fazendo muitas mulheres **sua ocupação, suas delícias e seus sonhos**. Sem esquecer que, através dessa **arma**, algumas tiveram acesso, inclusive, à seara do Estado. Lembre-se, nesse particular, Mme. Pompadour ou a du Barry.

Mas as compensações femininas não se fizeram sentir apenas por meio da passividade e da recepção, acentuam as citadas intelectuais, fazendo menção aos poderes exercidos pelas mulheres. Citam o poder exercido sobre a domesticidade das casas burguesas e o poder maternal, personificado em mães tirânicas, com relação aos filhos, sobre outras mulheres, filhas e noras, etc. Compensações essas que em parte, podem explicar a posição antifeminista das mulheres focalizadas. E sobre este fenômeno ressalta a vaga norte-americana conhecida por *backlash*, que se nutre da nostalgia do ilusório paraíso perdido, regido pela harmoniosa complementaridade dos sexos (PERROT, 1999).

Declarações acerca da infelicidade das mulheres em decorrência dos feminismos tornam-se uma constante naquele país, já nos anos 1980, coincidindo com parte das matérias acima apresentadas no Pasquim. Assim é que uma jovem estudante de direito lista algumas das conquistas alcançadas com o feminismo, quais sejam, os altos rendimentos, a opção de ser mãe solteira, delegacias para cuidar de

engendradas criativamente pelos dominados, com vistas a reagir à opressão que sobre eles incide. E. P. Thompson (1979), embora não estabeleça as mulheres como objeto específico, dedica especial atenção às manifestações cotidianas de resistência dos subalternos. A noção de resistência torna-se, dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres e inúmeras historiadoras têm se baseado nesse referencial no esforço de reconstrução da atuação feminina.

mulheres violentadas, linhas de crédito pessoal, amor livre e mulheres ginecologistas. Conclui lamentando que, em compensação, lhes foi retirado aquilo que representa a felicidade da maioria das mulheres – os homens. A escritora Kay Eberling (apud FALUDI, 2001), nas páginas da *Newsweek* teria designado o feminismo como “A grande experiência que não deu certo”. Um colaborador do *Baltimore Sun* sugere que as feministas provocaram o aumento dos filmes de violência explícita ao tornarem a **violência** do aborto mais aceitável. A porta-voz de Reagan, Faith Whittlesey, no único discurso oficial da Casa Branca sobre a condição da mulher americana, definiu o feminismo como uma verdadeira **camisa de força** para as mulheres. Ao mesmo tempo, oficiais de justiça e juízes afirmam uma conexão entre o aumento da independência feminina e o aumento da patologia feminina. Não faltaram a esta cantilena depoimentos de acadêmicos, tais como sociólogos, estudiosos de direito, economistas, os quais argumentaram que mulheres bem-remuneradas contribuíam para **uma família menos estável**. Ao mesmo tempo, demógrafos apontavam dados supostamente imparciais comprovando que a igualdade não combinaria com maternidade e casamento (FALUDI, 2001).

Acrescem as lamentações de mulheres **liberadas** como Megan Marshall, uma escritora oriunda de Harvard, a qual afirmou que o **mito da independência** feminina transformou a sua geração num bando de velocistas infelizes e mal-amadas, **desumanizadas** pela carreira e **inseguras quanto à sua identidade**. Até a própria Betty Friedan anunciava que as mulheres estariam sofrendo de uma nova crise de identidade e de **problemas sem classificação** (FALUDI, 2001).

Ao ganhar força, o *backlash* teria selecionado e discriminado, e as poucas mulheres que tiveram sucesso procuram provar como tática de sobrevivência social que, afinal de contas, não estão tão interessadas em progredir. Algumas delas ostentam para isso sua deserção do movimento feminista, enquanto suas colegas de trabalho se juntam e aderem aos restos despedaçados da causa feminista. Na verdade, segundo Faludi, enquanto pouquíssimas mulheres ricas e famosas aparecem nas crônicas sociais se gabando de “terem se encontrado como esposas” e de gostarem de ficar em casa “fazendo pão”, a maioria das trabalhadoras clama por seus direitos econômicos – filiando-se aos sindicatos como nunca aconteceu antes, fazendo greve por conta própria por salários justos e formando os seus próprios grupos incipientes em defesa dos direitos da mulher. Em 1986, enquanto 41% das mulheres com renda elevada declaravam à pesquisa do Gallup que não eram feministas, só 26% das menos afortunadas diziam ser da mesma opinião (FALUDI, 2001).

Acentua que, apesar de tudo, o *backlash* não se constitui em uma conspiração com um conselho emanando ordens de uma sala de controle central, e as pessoas que se prestam aos seus fins muitas vezes nem estão conscientes dos seus papéis; algumas se consideram até feministas. Considerados em conjunto, entretanto, todos

estes códigos e bajulações, ameaças e mitos levam irreversivelmente a uma única direção: “[...] tentar mais uma vez prender a mulher aos seus papéis **aceitáveis** – seja como filhinha de papai, criaturazinha romântica, seja como procriadora ativa ou passivo objeto sexual.” (FALUDI, 2001, p.20).

Assim, nos anos 1980, o antifeminismo teria usado de vários disfarces no seu afã de restabelecer a ordem tradicional entre os gêneros, enquanto que o feminismo buscava convencer as mulheres acerca da importância de se tornarem livres para definir a si mesmas – em lugar de terem a sua identidade definida pela cultura ou pelos homens que as cercam.

Uma situação diversa da pesquisa americana acima mencionada foi encontrada pela pesquisadora Alinne Bonetti (2004) em sua investigação com mulheres moradoras de vilas populares em Porto Alegre, realizada entre os meses de abril e julho de 1999, estas se declaravam não feministas. Trata-se das Promotoras Legais Populares do Partenon (PLPs), cujas atividades residiam, de acordo com suas próprias falas, na **promoção da questão da mulher**. Sua posição causa certa estranheza, pois são mulheres formadas pelo curso de capacitação legal oferecido pela Organização Não Governamental (ONG) feminista gaúcha Themis – Assessoria e Estudos sobre Gênero. O projeto da ONG inspira-se em experiências similares desenvolvidas em alguns países da América Latina e tem sido implementado desde 1993 junto a mulheres das camadas populares urbanas. Seu objetivo consiste na constituição de redes femininas de informação sobre os direitos das mulheres, assim como sua multiplicação. Sua implementação ocorre através de duas etapas: a primeira consiste em um curso com a duração média de cinco meses, ao longo do qual são ensinadas noções sobre a organização do Estado e da Justiça, Direitos Humanos e Fundamentais, Direito de Família, Direitos Reprodutivos, Direitos do Trabalho, questões sobre violência doméstica, entre outros e, como aponta uma das organizadoras, **uma reflexão crítica sobre o sexismo presente nesses instrumentos**.

A segunda etapa do projeto compreende a implantação do Serviço de Informação à Mulher (SIM) dentro das regiões onde vivem as PLPs formadas, constituindo seu espaço de atuação. O serviço deveria funcionar uma vez por semana, durante todo o dia, num sistema de rodízio de plantões nos quais haveria o revezamento das PLPs no atendimento exclusivo a mulheres que procurassem o local. A maioria dos casos atendidos pelas PLPs envolvem principalmente questões relativas ao universo das relações familiares, tais como reconhecimento de paternidade, violência doméstica, pensões alimentícias, guarda de filhos, entre outros.

A atenção da pesquisadora em pauta recaiu na ênfase com que essas mulheres atribuíam ao fato de que não eram **feministas** e sim **femininas**, no que percebia uma conotação extremamente negativa conferida ao **ser feminista**, que soava como

uma acusação. Nesse sentido, interessou-se em conhecer como o grupo em questão colocava em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso e se esta atuação apontava para a possibilidade de um feminismo particular. Estando o SIM, na ocasião desativado, em processo de reimplantação, a pesquisadora procurou contatar as promotoras legais populares em suas casas. Conseguiu acercar-se de três delas que propuseram um SIM itinerante, o qual passou a funcionar três vezes por semana, em diferentes locais da região.

Os primeiros plantões foram antecedidos pela propaganda pelas redondezas, por meio de cartazes e panfletos para difusão dos horários, locais de funcionamento e dos serviços oferecidos. Sucediavam-se visitas às escolas e autoridades locais – **sujeitos detentores de certo capital simbólico** a fim de garantir uma parceria que desse respaldo ao trabalho a ser desenvolvido. Na divulgação do trabalho de PLP, um dos aspectos realçados de sua atividade é aquele de defesa da mulher e o seu propósito em ajudá-la. Mas não se trata de qualquer mulher, pois **tem que ver bem quem é essa mulher** a ser ajudada, segundo esclarece uma das promotoras, alegando não pretender enfrentar **os maridos de cara virada (...), dizendo por aí que as promotoras estão para defender as mulheres sem vergonha** (GOLDBERG, 1987). Nesse sentido, o critério básico de julgamento é o seu comportamento sexual. Ao atributo de fidelidade feminina da mulher casada associava-se o cuidado da casa e dos filhos. Dessa forma se apropriavam dos ensinamentos recebidos no curso que lhes era ministrado, mas lhe atribuíam um significado diverso, de acordo com suas concepções sobre o comportamento feminino ideal⁶.

Por outro lado, este modelo feminino das PLPs, como bem acentua Bonetti, parecia dissonante de suas práticas cotidianas, já que são mulheres que circulam entre diferentes esferas sociais, fundamentalmente masculinas como o mundo da política. Tal contradição aparente parece se dissolver, a partir do fato de que se valiam de sua rede de parentesco e de relações sociais para substituí-las nesses cuidados com a casa e com os filhos, não os deixando desguarnecidos. Ressalte-se, além disso, a recorrente referência aos seus maridos em meio às conversas com seus interlocutores masculinos, fato denotativo de sua indisponibilidade sexual. Apesar de tudo, os conflitos não estão ausentes de seus relacionamentos conjugais, devido às cobranças dos maridos frente às suas ausências.

Mas, voltando à oposição **ser feminista x ser feminina**. Em sendo as PLPs mulheres de grupos populares urbanos que se dizem defensoras dos direitos das mulheres, além de serem formadas por uma entidade feminista, reflete a pesquisadora

⁶ Utilizo a noção de apropriação, de acordo com Roger Chartier (1992), que enfatiza os usos diferenciados e opostos dos mesmos bens, dos mesmos textos e das mesmas idéias, como práticas que se apropriam distintivamente dos materiais que circulam numa determinada sociedade.

em pauta acerca de como a categoria **feminista** é por elas apropriada e quais os significados que lhe atribuem.

Ao ser questionada em tom jocoso pelo comandante do corpo de bombeiros se era feminista, uma das PLPs logo retrucou que não podia sê-lo porque tinha três homens em casa e não podia ter “alergia a homens”. Interpelada no caminho pela pesquisadora que a acompanhara, para lhe explicar porque identificava o **ser feminista** com ter **alergia a homens**, respondeu-lhe, entre outros:

Acho a palavra feminista muito agressiva. É aquela mulher grosseira, que vai abrindo os seus caminhos na força. Eu penso assim, eu não sou feminista, sou feminina. Eu acho que no fundo ela se confunde muito com o machista. [...] O que eu faço é lutar para a mulher ser reconhecida, para ter seu espaço respeitado. [...] Eu luto pela mulher, pela valorização da mulher. [...] Imagina se eu quero ir contra o homem. Eu não quero perder minha referência feminina. Não acho que a mulher tem que deixar de ser uma referência para o homem. (ELVIRA apud BONETTI, 2004, p.141).

Constata-se no discurso acima que muito de sua proposta coadunava-se com o ideário feminista. Ao mesmo tempo, verifica-se que, para ela, o **ser feminista** identificava-se com as representações negativas que se veiculam com relação a esta categoria, tais como: **ser grosseira, valer-se da força para abrir caminhos, ir contra o homem**. A pesquisadora, de cuja contribuição me valho, considera que a aparente contradição entre as propostas das PLPs em foco e a ojeriza que demonstram ao serem identificadas como feministas se dissolve ao serem associadas “[...] com a lógica relacional que define diferentes atribuições ao masculino e ao feminino dentro do universo simbólico dos grupos populares.” (BONETTI, 2004, p.141). Chega a esta conclusão a partir da caracterização do feminismo como uma ideologia política típica da modernidade, cuja base ideológica inscreve-se no ideário individualista a partir de valores como igualdade, liberdade, racionalismo e individualismo (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEILBORN, 1985). Junta a esta conceituação a aceção de que mesmo sendo uma categoria plural, à qual são atribuídos diferentes significados, o feminismo “[...] é um movimento característico de ‘classe média’ – ou seja, de mulheres intelectualizadas que compartilham daqueles valores individualistas modernos.” (BONETTI, 2004).

Mas, se aprisionarmos o feminismo nestas categorias e não considerarmos sua difusão pelas diferentes classes sociais no decorrer da história, assim como o antifeminismo, como explicar a presença deste entre as mulheres anteriormente apresentadas, a maioria das quais também intelectualizadas? Inclusive, a terminologia afigura-se algumas vezes idêntica. Este é o caso da afirmação de uma das Promotoras,

de que a feminista “no fundo ela se confunde muito com o machista” utilizada igualmente por Daniela Thomas (1982) ao acentuar o machismo das feministas “querendo apenas poder partilhar com os homens da utilização dessa ideologia”. O mesmo pode ser dito, quanto à crença de feministas serem contra o homem, presente no discurso de uma das Promotoras “Imagina se eu quero ir contra o homem” e, implicitamente, marcando presença naquele de Cora Rónai (1982) ao afirmar não ter “o menor complexo em relação ao homem – acho homem ótimo, muito prático, uma grande invenção do Todo Poderoso.” Enfim, os exemplos avultam, constatando-se ser extremamente preconceituoso e equivocado restringir o antifeminismo aos segmentos populares, constatando-se sua presença atravessando mulheres de todas as classes sociais. Nesse sentido, cabe acentuar a vigência das trocas culturais, interpenetrando-se valores, comportamentos, crenças entre os diversos segmentos sociais⁷.

Voltando a Bourdieu (1996), tal difusão do antifeminismo se deve à dominação simbólica, em que os dominados, no caso as mulheres, incorporam as estruturas segundo as quais os dominantes as percebem. Também, segundo o mesmo, a dominação não se constitui em um ato da consciência, suscetível de ser compreendido dentro de uma lógica das limitações ou dentro da lógica do consentimento, alternativa **cartesiana** que só existe quando a gente se situa dentro da lógica da consciência. Para compreender a dominação masculina, é preciso situar-se dentro de outra filosofia da ação, uma filosofia disposicional. Nela o princípio das ações não é a consciência, a intenção, o projeto, a intenção racional como nas teorias do individualismo metodológico ou da *rational action theory*, mas das disposições, quer dizer das maneiras de ser permanentes que podem estar na origem das ações dotadas de todos os sinais de finalidade sem que os fins atingidos tenham sido colocados enquanto tal por uma ação da consciência.

E para compreender todas essas formas de dominação simbólica, é preciso romper com as filosofias da consciência, as quais as teorias críticas de Marx, em matéria de dominação de classe e a de Jeanne Favret, em matéria de dominação de gênero estão ligadas. Lembra Bourdieu, muito razoavelmente, que há coisas sobre as quais a consciência não tem controle, porque elas estão fora do corpo, das disposições corporais. O problema reside em saber que tipo de ação é possível. A tomada de consciência é então indispensável para desencadear o processo de transformação e para assegurar seus resultados, mas não é suficiente. É preciso transformar profundamente as disposições adquiridas por uma espécie de reeducação – aquela

⁷ Foi o historiador Carlo Ginzburg (1987), inspirado, como confessa, em Bakhtin que propôs o conceito de circularidade cultural, que apresenta como recíprocas as influências entre a cultura dos segmentos dominantes e subalternos – movendo-se de baixo para cima, bem como de cima para baixo. Por outro lado, através dos estudos que tenho desenvolvido, observei que tais trocas ocorrem, igualmente, entre as próprias culturas de populares e, também, de dominantes, pois estes não formam grupos homogêneos. Daí eu preferir utilizar as expressões **interpenetração cultural** e/ou **trocas culturais**.

que é necessária para perder um mau costume – é preciso, portanto, mudar a ordem simbólica. Lembra a existência de uma autonomia relativa do mundo simbólico, no interior do qual se exerce a dominação masculina. Nesse sentido, a dominação pode se perpetuar e se transformar, embora muito menos do que a gente possa crer, apesar das mudanças tecnológicas e econômicas importantes. Fato que nos faz compreender a presença da dominação masculina expressa no antifeminismo, quer entre mulheres intelectualizadas dos países capitalistas desenvolvidos, como vimos nos Estados Unidos, naquelas dos países periféricos como o Brasil e, também, entre mulheres dos segmentos populares, no caso as Promotoras Legais Populares no Rio Grande do Sul.

***WOMEN INVESTING AGAINST FEMINISM: PROTECTING PRIVILEGES
OR MANIFESTING SYMBOLIC VIOLENCE?***

ABSTRACT: *The aim of this article is to present a discussion about the presence of antifeminism among women of different social segments. In the text, there is the search for an explanation to the attitude above, turning to the concept of symbolic violence, which supposes the support of the dominated to the base categories of their domination, a fact that do not exclude the presence of compensations, which justify the support of several to those speeches and habits. Through a research carried out with intellectualized women, there is a disagreement concerning an investigation which restricts antifeminism to women from popular segments, because feminism would be something exclusive to those middle-class women, more precisely, to those intellectualized women that share modern individual principles.*

KEYWORDS: *Women. Feminism. Antifeminism. Symbolic violence. Compensations.*

REFERÊNCIAS

BONETTI, A. Eu não sou feminista, sou feminina! Relações de gênero e atuação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses In: LISBOA, M. R. A.; MALUF, S. W. (Org.). **Gênero, cultura e poder**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. p.133-144.

BRIZOLA, N. Uma entrevista sem mintchura. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, p.22-24, 17 a 23 mar. 1983.

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOFF, V. R. (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 29-40.

CERTEAU, M. de **Artes de fazer**: a invenção do cotidiano. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

CHARTIER, R. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.211-238.

CHARTIER, R. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, Campinas, n.4, p.40-44, 1995.

ERGAS, Y. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no ocidente**. Porto: Afrontamento, 1994. p.583-611.

FALUDI, S. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FARGE, A. et al. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **GÊNERO**: Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Niterói, v.2, n.1, p7-31, 2001.

FERNANDES, M. A mulher objeto. **O Pasquim**. Rio de Janeiro, p.3, 22 a 28 fev. 1972.

FRANCHETTO, B. CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. **Antropologia e feminismo**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985. (Perspectivas antropológicas da mulher, 1).

FRANCIS, P. Francis X Friedan. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, p.68-76, 22 a 28 de abr. 1971.

FRIEDAN, B. **Mística feminina**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1971.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

GOLDBERG, A. **Feminismo e autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. 217 f. Tese (Mestrado em Sociologia e Antropologia)– Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

LOMBROSO, C.; FERRERO, G. **La femme criminelle et la prostituée**. Traduction de l'italien par Louise Meille. Revue par M. Saint-Aubin. Paris: F. Alcan, 1896.

*Mulheres investindo contra o feminismo:
resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica?*

NERY, A. Entrevista com Adalgisa Nery. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, p14-15, 11 a 17 mar. 1971.

PERROT, M. Préface In: BARD, C. (Org.). **Un siècle d' antifeminisme**. France: Fayard, 1999. p.7-19.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RÓNAI, C. Concordo com a Daniela, mas... **O Pasquim**, Rio de Janeiro, p.20, 26 out. a 01 set. 1982.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

THOMAS, D. O movimento feminino. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, p.17, 19 a 25 de ago. 1982.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Ed. Critica, 1979.

VARIKAS, E. O Pessoal é político: desventuras de uma promessa subversiva. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.59-80, 1997.